

73 ABR 1983

abril de 1983

Ultima Hora

Orçam monet

# Governo limita gastos com pessoal

Embora a arrecadação tributária do corrente ano possa ultrapassar em Cr\$ 1,0 a Cr\$ 1,5 trilhão a previsão inicial, em decorrência da taxa de inflação mais alta, nem os órgãos da administração direta nem as empresas estatais serão autorizadas a aumentar seus dispêndios de custeio, a não ser em casos extremos, que deverão ser amplamente comprovados.

Essa orientação foi transmitida, ontem, às secretarias gerais dos ministérios, que se reuniram na Seplan para fazer uma análise da execução orçamentária nos seus respectivos Ministérios, em função das restrições às despesas, determinadas pelo Governo, com o propósito de reduzir o déficit do setor público. O excesso de arrecadação, ou seja, a diferença entre a previsão da receita e o que for efetivamente arrecadado, será transferido do orçamento fiscal para o monetário, como forma de compensar os dispêndios com o financiamento dos subsídios à agricultura e às exportações.

O governo reafirmou também as limitações impostas à política de pessoal, reiterando a direttriz de que a folha salarial das suas empresas terá um crescimento zero no corrente ano, o que significa que elas aumentarão no exato limite da variação do INPC.

Em relação ao orçamento das empresas estatais, os secretários-gerais foram informados de que a SEST já concluiu o trabalho, chegando a um número global dos novos dispêndios, e atualmente trata de elaborar os orçamentos a nível de empresa, para que ele seja aprovado pelo Presidente da República. O orçamento das estatais também é rigoroso e não aumentará as despesas das empresas do Governo por conta da massiva desvalorização e do novo dimensionamento da taxa inflacionária, que deverá encerrar o exercício no patamar dos 100 por cento. As empresas somente serão autorizadas a gastar mais, se gerarem receita própria.

## Orçamento provocou a demissão de Simonsen

São Paulo — Perguntado ontem, durante o almoço no Caesar Park Hotel, porque não havia, na sua gestão como ministro do Planejamento, unificado os três orçamentos da União numa só peça, a ser aprovada pelo Congresso Nacional, Simonsen respondeu: "E por que você acha que me demitiu?"

O ex-ministro acrescentou ainda que no Governo Geisel, quando ele era ministro da Fazenda e João Paulo dos

Reis Velloso Ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), não havia clima para unificar os orçamentos federais (fiscal, monetário e o das estatais) e submetê-los à votação do Congresso.

Posteriormente, já no Governo Figueiredo, quando passou da Fazenda para a Seplan, Simonsen tentou unificar os orçamentos, mas, não tendo conseguido seu intento,

demitiu-se em agosto de 1979. Simonsen acredita ser hoje perfeitamente possível unificar os orçamentos e submetê-los à aprovação do Congresso. O sistema atual, disse Simonsen, facilita ao Governo aumentar as despesas com maior emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN — e de Letras do Tesouro Nacional — LTN — o que, direta ou indiretamente, acaba sendo pago pela sociedade.